

Rosângela Beatriz Silva Hermann

**AS MUDANÇAS SOCIO-ECONÔMICAS E  
A DINÂMICA POPULACIONAL NO  
MUNICÍPIO DE ELDORADO DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso,  
apresentada ao Curso de Especialização em  
Gestão Pública Municipal – modalidade a  
distância da Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul como requisito para a  
obtenção do título de especialista.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Aurora Carneiro Zen

**Porto Alegre**

**2012**

Rosângela Beatriz Silva Hermann

**AS MUDANÇAS SOCIO-ECONÔMICAS E  
A DINÂMICA POPULACIONAL NO  
MUNICÍPIO DE ELDORADO DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal – modalidade a distância da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de especialista.

Aprovado em 10 de maio de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Prof<sup>a</sup>.

Elaine Antunes

Prof

Rafael Kruter Flores

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço os servidores e gestores das Secretarias da Fazenda, Planejamento, Habitação e Educação da Prefeitura Municipal de Eldorado do Sul que, gentilmente, forneceram informações que auxiliaram no desenvolvimento deste trabalho.

## RESUMO

A economia brasileira, mesmo tendo apresentado crescimento positivo e destacando-se no cenário mundial nos últimos anos, continua sendo palco dos maiores índices de impostos do planeta, criados para sustentar a administração federal, que transformou-se em uma máquina onerosa para seus cidadãos, inchada por suas despesas e vergonhosa por seus escândalos de corrupção, repassando aos Estados e Municípios a responsabilidade de atender as demandas públicas mais primárias. As áreas da Saúde e Educação, já quase totalmente municipalizadas, ainda sofrem com entraves burocráticos e falta de repasse das verbas que são arrecadadas para este fim, obrigando os gestores municipais, especialmente de cidades de pequeno porte, não raramente estarem junto ao Estado e à Federação reivindicando seus direitos. Mesmo vivendo em um mundo globalizado, onde uma ação, em qualquer lugar do mundo, pode gerar uma reação na limitada região onde vivemos, as ações locais são as que mais afetam nossa vida; desta forma, é a partir deste contexto que os gestores municipais responsáveis têm investido na criação de políticas públicas imediatas que visem atender as necessidades diretas de seus munícipes, propiciando melhorias na condição de vida e bem estar. e políticas públicas de médio e longo prazo que contribuam para o crescimento e desenvolvimento local. Com base neste tema, este trabalho tem o propósito de avaliar se incentivos econômicos que gerem desenvolvimento, somados à programas sociais de governo, influenciam no crescimento e distribuição da população de determinada localidade. Para ambientar a pesquisa foi escolhido um jovem município gaúcho da região metropolitana da capital do Estado e os resultados obtidos demonstram a existência de relação direta entre dinâmica demográfica e desenvolvimento econômico e social. Este trabalho finaliza destacando a responsabilidade do gestor público com aqueles que ele representa e aponta para a necessidade de novos estudos mais específicos sobre o tema

### **Palavras-chave:**

dinâmica populacional; políticas públicas; sócio-econômicas

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento**

**FEE – Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul**

**FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço**

**FIRJAN – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro**

**FMHIS – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social**

**GP – Grande Porte**

**Hab/Km<sup>2</sup> - Habitantes por quilômetro quadrado**

**IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**

**IDE – Índice de Desenvolvimento Econômico**

**IDH – Índice de Desenvolvimento Humano**

**IFDM – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**

**INSS – Instituto Nacional de Seguro Social**

**IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano**

**MEI – Micro Empreendedor Individual**

**MP – Médio Porte**

**PDDUA – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental**

**PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social**

**PMHIS – Política Municipal de Habitação de Interesse social**

**PP – Pequeno Porte**

**REGIC – Regiões de Influências das Cidades**

**SEFAZ – Secretaria da Fazenda, Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio**

## SUMÁRIO

	<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....</b>	<b>5</b>
<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>POLÍTICAS PÚBLICAS E DINÂMICA POPULACIONAL .....</b>	<b>10</b>
2.1	A POPULAÇÃO LOCAL.....	11
2.2	CIDADE RURAL E CIDADE URBANA.....	11
2.3	OS DESLOCAMENTOS E AS AGLOMERAÇÕES POPULACIONAIS.....	12
2.4	O GESTOR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS .....	13
2.5	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO .....	14
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>15</b>
<b>4</b>	<b>OS RESULTADOS: MUDANÇAS SÓCIO-ECONÔMICAS E DINÂMICA POPULACIONAL EM ELDORADO DO SUL .....</b>	<b>16</b>
4.1	A HISTÓRIA DO MUNICÍPIO .....	16
4.2	A LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	17
4.3	OS INDICADORES SOCIAIS .....	18
4.4	A POPULAÇÃO LOCAL.....	18
	<b>Gráfico 1.....</b>	<b>20</b>
4.5	A ECONOMIA LOCAL .....	21
<b>4.5.1</b>	<b>O porte das empresas .....</b>	<b>21</b>
<b>4.5.2</b>	<b>As atividades empresariais .....</b>	<b>22</b>
	<b>Tabela 1 .....</b>	<b>24</b>
<b>4.5.3</b>	<b>Os incentivos para as empresas.....</b>	<b>26</b>
4.6	A HABITAÇÃO NO MUNICÍPIO.....	26
<b>4.6.1</b>	<b>O plano diretor .....</b>	<b>26</b>
4.6.1.1	Origem.....	27
4.6.1.2	Objetivos e diretrizes.....	27
4.6.1.3	Estratégias de ação .....	28
<b>4.6.2</b>	<b>A política habitacional .....</b>	<b>29</b>
<b>4.6.3</b>	<b>A regularização fundiária.....</b>	<b>30</b>
<b>4.6.4</b>	<b>O fundo de habitação .....</b>	<b>31</b>
<b>4.6.5</b>	<b>Os empreendimentos habitacionais .....</b>	<b>31</b>
<b>4.6.6</b>	<b>Os incentivos fiscais para empreendimentos imobiliários.....</b>	<b>32</b>

4.7	A DIVISÃO TERRITORIAL .....	32
4.7.1	<b>O distrito do Parque Eldorado.....</b>	<b>33</b>
4.7.2	<b>O distrito do Bom Retiro .....</b>	<b>33</b>
4.7.3	<b>O distrito Sede .....</b>	<b>34</b>
	<b>Figura 1 .....</b>	<b>35</b>
4.8	OS INVESTIMENTOS.....	36
5	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>38</b>
	<b>REFERENCIAL DE PESQUISA .....</b>	<b>42</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>45</b>
	ANEXO A – FIGURA 2 .....	45
	ANEXO B – FIGURA 3 .....	46
	ANEXO C – FOTO 1.....	47
	ANEXO D – FOTO 2.....	48
	ANEXO E – FOTO 3 .....	49
	ANEXO F – FOTO 4 .....	50
	ANEXO G – FOTO 5.....	51
	ANEXO H – FOTO 6.....	52

## 1 INTRODUÇÃO

Trabalho estável e moradia digna é a busca de qualquer cidadão. O crescimento do mercado informal de trabalho e a proliferação de moradias irregulares que formam um cinturão de pobreza nos arredores dos centros urbanos, não só das grandes metrópoles como também das cidades pequenas do interior, demonstram a carência de investimentos públicos nestas duas áreas. Um cidadão empregado é produtor de renda e provedor de sua subsistência, gera impostos e não depende de assistencialismo do poder público; com moradia própria, ele cria raízes e comprometimento com o lugar onde vive.

Este trabalho tem o propósito de avaliar se incentivos econômicos que gerem desenvolvimento, somados à programas sociais de governo, influenciam no crescimento e distribuição da população de determinada localidade.

Para realização desta pesquisa foi selecionado o município de Eldorado do Sul, cidade gaúcha com pouco mais de 34 mil habitantes pertencente à região metropolitana da capital do Estado do Rio Grande do Sul. Mesmo com uma localização privilegiada em termos logísticos, há pouco mais de uma década servia apenas de passagem para quem se dirigia em direção ao sul e oeste do Estado e, também, como cidade-dormitório para os moradores que trabalhavam nas cidades vizinhas. Este trabalho limita-se à primeira década do século XXI, período no qual a população local cresceu quase 26% e sua economia teve um incremento de mais de 1.400 empresas criadas.

O objetivo geral deste estudo é analisar o crescimento e distribuição da população de Eldorado do Sul, avaliando o impacto do desenvolvimento econômico e social local na última década na dinâmica demográfica.

Para alcançar o objetivo geral a que se propõe, este estudo irá apresentar objetivos específicos como seguem :

- Descrever a origem da formação da cidade e sua emancipação político administrativa do município mãe.
- Apresentar dados sobre a geografia do município e sua divisão territorial, destacando as vantagens de sua localização.
- Comparar índices de desenvolvimento social local com os índices de outras regiões.
- Analisar os índices históricos de crescimento da população local comparado-os com os índices do Estado.



- Descrever os setores produtivos, bem como as empresas locais, apresentando a legislação de incentivo à criação de novos investimentos no município.
- Apresentar a legislação local voltada à área habitacional.

Com base nesses objetivos, este estudo justifica-se pela necessidade crescente de estudos que examinem o impacto dos incentivos econômicos e programas sociais de governo no crescimento e distribuição da população de determinada localidade. Assim, pretende-se contribuir para a formulação de políticas públicas no âmbito municipal e na reflexão sobre o papel do poder público como agente de desenvolvimento local.

Este trabalho foi organizado da seguinte forma. O segundo capítulo apresenta uma revisão da literatura sobre os temas: cidade, sociedade, população, economia e crescimento. No terceiro capítulo aborda os procedimentos metodológicos adotados na coleta e análise dos dados.

No quarto capítulo são apresentados os dados relativos ao município, como legislação, projetos, cadastro de empresas e divisão territorial, que foram fornecidos por servidores municipais da Secretaria da Habitação, da Secretaria do Planejamento, da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo e da Secretaria da Fazenda, Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. Os dados históricos, referentes ao início da colonização do Município, foram obtidos em pesquisas a páginas oficiais da internet de empresas da região, como o Sindicato do Papel e Papelão, e ainda, em obras sobre empresas locais, como o livro sobre a história do rádio no Rio Grande do Sul. Os índices de crescimento e desenvolvimento econômico e social foram obtidos em páginas da internet nos arquivos da Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul (FEE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Por fim, o quinto capítulo apresenta as considerações finais do presente estudo, suas limitações e sugestões para novas pesquisas.

## 2 POLÍTICAS PÚBLICAS E DINÂMICA POPULACIONAL

A sociedade de forma geral, formada por cidadãos que divergem em raça, cor, credo religioso, convicções políticas, ideais filosóficos, situação financeira, entre outros, vive em constante mutação no tempo e no espaço. Sua estrutura é transformada constantemente, seja por políticas públicas pré-concebidas e direcionadas para um objetivo específico, seja por ações individuais ou coletivas de cidadãos sem um motivador aparente.

O Brasil, desde seu descobrimento, viveu ciclos bem definidos de alterações em sua sociedade, na economia e na política. Em menos de 200 anos, passou de uma simples colônia de Portugal chegando a uma República Democrática em um país que desponta entre os mais influentes atualmente. Assim como a política, a sociedade e a economia sofreram também alterações relevantes em toda esta história.

A sociedade, inicialmente formada por grupos distintos de nativos indígenas, viu-se colonizada por migrantes de diversos países da Europa, com língua e costumes variados. Os portugueses e espanhóis chegaram no século XVI trazendo os escravos africanos; holandeses aqui desceram no século XVII; italianos, alemães, japoneses, poloneses e muitos outros aqui se instalaram já no século XX. Hoje, o Brasil é uma nação formada pela assimilação da cultura indígena misturada às culturas de origem africana, europeia e asiática (VICENTINO, 2011; LIMA, 2007).

Da economia de um Estado escravagista dependente exclusivamente da cultura do pau-brasil e do café até o século XIX, passando por uma revolução industrial em período de guerra e depressão no século XX, o Brasil chegou ao século XXI com uma economia diversificada no primeiro, segundo e terceiro setor, enfrentando as crises econômicas e sociais deste século com a solidez de país de primeiro mundo (COTRIM, 2003).

As transformações econômicas e sociais das últimas décadas, que fizeram o país oscilar entre picos inflacionários, estagnação, crescimento acelerado e estabilidade cambial, têm feito com que o indivíduo mude de residência ou emprego em busca de vida melhor para sua família. As gerações atuais, mescladas por diferentes culturas, não tem receio de mudar e empreender e, para isso, mudam de cidade ou até mesmo de estado, concentrando-se no entorno dos grandes centros em busca de novas oportunidades.

A procura por grandes centros urbanos, alimentada por uma visão, às vezes utópica, de vida melhor, resulta no crescimento da população urbana e gera novas demandas que devem ser atendidas pelo poder público. Nestes casos o gestor deve criar políticas públicas que atendam as demandas básicas de saúde e educação e, à logo prazo, moradia e emprego.

## 2.1 A POPULAÇÃO LOCAL

O IBGE (2008) realizou um estudo sobre as Regiões de Influências das Cidades (REGIC), no qual classificou as cidades brasileiras em cinco tipos : metrópoles, capitais regionais, centro sub-regionais, centros de zona e centros locais.

Cidades consideradas metrópole são aquelas de grande porte e que influenciam diretamente uma extensa área. Com população de mais de um milhão de habitantes o Brasil possui doze metrópoles que são as capitais de seus estados.

As cidades capitais regionais possuem influência em sua região e são para elas que convergem as atividades de um grande número de municípios em sua volta. Possuem uma população entre cem mil e um milhão de habitantes. O Brasil possui 70 capitais regionais.

Os centros sub-regionais são formados por cidades com gestão relativamente simples e atuam em área reduzida. Sua população varia entre cinquenta e cem mil habitantes. Existem no Brasil 164 capitais sub-regionais, segundo o IBGE (2008).

As cidades consideradas centros de zona são de pequeno porte, tem gestão administrativa básica e atuam na região à sua volta. Comportam uma população entre dez e cinquenta mil habitantes. Há 556 centros de zona no Brasil.

As cidades centros locais tem gestão centralizada e limitada à área do município. Sua população, na maioria das vezes, é menor do que dez mil habitantes. É no quinto tipo de classificação, estabelecido pelo IBGE (2008) para as cidades brasileiras, que encontram-se a grande maioria dos municípios. Somam um total de 4.473 cidades classificadas como centros locais. Sua característica é a gestão centralizada e limitada à área do município. A população é, na maioria, menor do que dez mil habitantes.

Segundo esta classificação do IBGE (2008), Eldorado do Sul é uma cidade Centro de Zona, considerando-se que possui uma população de 34.343 habitantes.

## 2.2 CIDADE RURAL E CIDADE URBANA

Veiga (2003), na obra *Cidades Imaginárias*, questiona a forma como o Decreto Lei 311/38 (BRASIL, 1938) estabelece as regras para definir se uma cidade é urbana ou rural.

Segundo ele, o Decreto Lei 311/38 (BRASIL,1938) foi criado num período totalitário do Estado Novo e, por isso, não é fiel à realidade atual.

Veiga (2003) compara o número de habitantes com a densidade demográfica das cidades brasileiras na atualidade, observando que cidades com mais de 100 mil habitantes

possuem, em média, mais de 80 habitantes por quilômetro quadrado (hab/Km<sup>2</sup>), já nas cidades entre 20 mil e 100 mil habitantes, a média cai para menos de 20 hab/Km<sup>2</sup>.

Desta forma, o autor considera que os municípios com menos de 50 mil habitantes ou com densidade demográfica de menos de 80 hab/Km<sup>2</sup>, deveriam ser classificados como de pequeno porte e aqueles com população entre 50 e 100 mil habitantes e densidade de mais de 80 hab/Km<sup>2</sup>, deveriam ser classificados como de médio porte. Se assim fosse, 30% da população brasileira residiria em área rural e comportaria 80% dos municípios. Então, ainda neste regramento hipotético, apenas os 455 municípios brasileiros mais populosos seriam áreas urbanas e todos os demais seriam vilarejos ou vilas de um Brasil absolutamente rural.

### 2.3 OS DESLOCAMENTOS E AS AGLOMERAÇÕES POPULACIONAIS

Costa (2007) defende que o crescimento econômico obtido no pós-guerra pelo então governo do Presidente Getúlio Vargas (1950-1954), teve como base, em parte, as políticas públicas relativas à deslocamentos populacionais, criadas pelo próprio Vargas em seu primeiro governo (1930-1945). Naquele período, Vargas visava a integração do mercado de trabalho e desenvolveu políticas que gerassem uma sociedade de padrão urbano e industrial, que tiveram seus resultados repercutidos em seu segundo período no poder.

Silva (2011) em estudo sobre as Aglomerações Populacionais das Regiões do Brasil de 1980 a 2000, em uma abordagem por meio da geografia econômica, apresenta hipóteses de que o isolamento geográfico é determinante da condição econômica da Região Norte brasileira e que as aglomerações populacionais atuam como indutores do crescimento. Na primeira hipótese formulada na tese, o autor defende que um dos determinantes da condição econômica dos municípios pobres é o seu isolamento geográfico. Contudo, cidades pequenas, mas próximas aos grandes centros regionais, tendem à crescer mais do que as distantes dos grandes centros. Para o autor, é nas capitais que estão as forças políticas e onde se tomam as decisões de caráter regional, sendo assim, a proximidade destes centros é vantajosa para os pequenos municípios.

Já Nascimento (2010) afirma que a dinâmica demográfica tem papel determinante no crescimento econômico de um país. Com base em uma análise na economia de 60 países, no período entre os anos 1960 e 2000, a autora apresentou a obra *Dinâmica Demográfica e Crescimento Econômico*, onde defende que para se estabelecer o efeito da dinâmica demográfica sobre o crescimento econômico é necessário ater-se à questões econométricas de simultaneidade (relativas à economia) e de endogeneidade (internas/particulares) e conclui

que a dinâmica demográfica tem efeito negativo nas taxas de crescimento econômico de um país.

## 2.4 O GESTOR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Para Bourguignon e Botelho (2009) o desenvolvimento sócio-econômico regional depende de inúmeros fatores, dentre eles, investimentos conjuntos entre setor público e setor privado. Contudo, apesar de possuir um papel de extrema importância, a presença, por si só, de empresas em determinada região não é suficiente para alcançar o desenvolvimento. Não basta apenas instalar-se em uma localidade, aproveitando-se dos incentivos fiscais, muitas vezes ali disponíveis, e não contribuir para o seu crescimento. Para Bourguignon e Botelho (2009), estreitar a relação entre as empresas regionais, criando laços de reciprocidade entre as de grande e pequeno porte, pode ser fator de estímulo ao desenvolvimento.

Para Cabrera (2008) o Estado é que faz a diferença, influenciando de forma positiva o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de determinada população, quando executa políticas públicas que proporcionem melhorias na infra-estrutura básica e que impactem a distribuição de renda. Cabrera (2008) fez seu estudo em territórios com baixa densidade populacional e observou que, num mesmo território, regiões diferentes podem ter semelhança em suas rendas e desigualdades no Índice de Desenvolvimento Humano. No caso específico, regiões ao Sul do território estudado possuíam IDH alto e regiões ao Norte possuíam IDH baixo, apesar disso, ambas tinham altos índices de desigualdade na distribuição de sua renda. Segundo ele, o IDH é bom como indicador de riqueza de um território, porém não significa que esta riqueza possibilite o desenvolvimento da população.

Já Kruegel (2011), em análise no âmbito psicossocial, acredita que o compromisso do gestor público para com o desenvolvimento do município sob sua responsabilidade, é formado por uma mescla da sua história pessoal somada as suas características, mas também é produto da formação da sociedade que o cerca. Kruegel (2011) enfatiza que a ação do gestor é social, devendo ser mais importante que a sua vontade pessoal, mas ao mesmo tempo ela é individual e deve ser voluntária.

## 2.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

A literatura apresentada neste capítulo mostra que a sociedade vive em constante modificação, seja na dinâmica demográfica de seus cidadãos, aqui entendida como as

mudanças de residência dos moradores de certa região, seja nas atividades que geram a economia, aqui entendida como a renda que mantém cidadão e poder público local. E, tudo isso, pode ser influenciado pelas políticas públicas desenvolvidas na mesma.

No capítulo seguinte são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento deste trabalho e no capítulo quatro os dados do município escolhido para estudo no que se refere à distribuição populacional e à economia local, sua história e a atualidade. Ainda no capítulo quatro, com base na literatura revisada e com os dados coletados no município, é apresentada a análise e a conclusão da autora sobre o tema proposto.

Por último, são feitas considerações e apresentadas propostas de melhorias nas políticas públicas relacionadas à população e à economia de municípios semelhantes a Eldorado do Sul.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando a necessidade de estudos que examinem se o gestor público, através da implantação de programas específicos de governo, pode ser co-responsável pelas transformações na identidade da população de certa região, foi selecionado o município de Eldorado do Sul para análise e avaliação do seguinte caso : ações específicas de governo que gerem desenvolvimento podem influenciar o crescimento e distribuição da população local.

Os dados para a realização da pesquisa foram obtidos de duas formas. Na primeira foram buscadas informações através de pesquisa documental, diretamente no Executivo Municipal. No setor de tributação da Secretaria da Fazenda, Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, foram obtidos os dados utilizados na seção 4.5, referentes às empresas instaladas no município na última década, como estão identificadas, suas quantidades e seu ramo de atividade. Ainda na Secretaria da Fazenda, foi obtida a legislação local que regulamenta os incentivos fiscais concedidos às empresas interessadas em instalar-se na região. A Secretaria da Habitação forneceu informações, utilizadas na seção 4.6, sobre a legislação municipal e os projetos de governo existentes destinados à regulamentação e criação de moradias para a população local. A Secretaria do Planejamento forneceu as informações que ampararam as seções 4.4, 4.6 e 4.7, relativas ao Plano Diretor do município, além de mapas e tabelas que identificam a divisão territorial e a distribuição da população selecionada por bairros, sexo e idade.

A segunda forma de coleta, para levantamento dos dados numéricos e estatísticos, foi realizada através de pesquisa em páginas oficiais da internet do IBGE e da FEE, onde foram obtidas as informações sobre a população local, os índices sociais e os índices de desenvolvimento utilizados nas seções 4.1 à 4.4.

Visto que não foi localizado material impresso disponível sobre a história local, endereços virtuais de empresas instaladas na região no passado e o site oficial do Poder Executivo Municipal foram as fontes de pesquisa encontradas para coleta dos dados históricos empregados nas seções 4.1 e 4.4.

Para a montagem da fundamentação teórica, foi realizada pesquisa a documentos e publicações virtuais de teses de mestrado e doutorado, de forma que o leitor possa conhecer, em tempo (quando), espaço (onde) e quantidade (quanto), um pouco da realidade que trata sobre o tema aqui proposto.

## **4 OS RESULTADOS: MUDANÇAS SÓCIO-ECONÔMICAS E DINÂMICA POPULACIONAL EM ELDORADO DO SUL**

### **4.1 A HISTÓRIA DO MUNICÍPIO**

Eldorado do Sul é um município localizado na Região Metropolitana de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul.

Situado às margens do Lago Guaíba, fazendo divisa territorial com as cidades de Porto Alegre, capital do Estado, Guaíba, Charqueadas e Arroio dos Ratos, a região começou a ser ocupada por estancieiros açorianos na metade do século XVIII (ELDORADO,2010).

Na final do século XIX, no atual Distrito do Bom Retiro, foi construído uma fábrica de papel e papelão, da qual ainda hoje existem ruínas, fazendo com que aquela região começasse a ser habitada pelos trabalhadores da fábrica (SINPASUL, 2011).

Na primeira metade do século XX, ainda pertencente ao município-mãe Guaíba, sem acesso por via rodoviária, o local onde hoje encontram-se os bairros próximos ao centro da cidade, servia de porto para os barcos que se dirigiam à capital; também, era balneário turístico utilizado pela população da capital e as propriedades rurais da região dedicavam-se exclusivamente à pecuária e ao plantio de arroz. (IBGE,2010)

No início da segunda metade do século XX, as propriedades rurais passaram a ser divididas em lotes menores destinados à moradia e famílias de origem alemã migraram para uma área próxima ao então Rio Guaíba, instalando ali o Balneário Sans-Souci, hoje denominado Bairro Sans-Souci (IBGE,2010).

Em 08 de março de 1952, através de uma concessão outorgada pelo governo, foi inaugurada a Rádio Itaí (FERRARETTO, 2007). Com a antena instalada entre o Rio Guaíba e a rodovia BR 116, a Rádio Itaí deu origem ao nome do Bairro Itaí, que começou a ser povoado pouco mais tarde na década de 60. O prédio da rádio, existente até hoje, ainda mantém em sua fachada um grande letreiro com o nome “Rádio Itaí”, visível para quem trafega pela BR 116.

Com a finalização das obras da BR 116, ligando a metade sul do estado à capital e oportunizando o acesso via terrestre, houve um aumento considerável da procura por terrenos na região na década de 70, devido a proximidade da mesma com a capital, o que levou à formação de outros vilarejos como Medianeira e Cidade Verde, na área central (ELDORADO, 2011).



O Distrito de Eldorado foi criado em 28 de dezembro de 1978 pela Lei Municipal nº 475 (GUAÍBA,1978) anexado ao Município de Guaíba.

Emancipado do município-mãe, Guaíba, através de plebiscito, o Município de Eldorado do Sul foi criado pela Lei Estadual nº 8.649 (RS, 1988), em 08 de junho de 1988, e instalado politicamente em 01 de janeiro de 1989 (IBGE,1010).

A sede administrativa do Poder Executivo Municipal foi montada onde se localizava o Bairro Medianeira, hoje, atual Bairro Centro.

Eldorado do Sul possui o gentílico Eldoradense (IBGE,2010).

#### 4.2 A LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Localizado na região leste do Estado do Rio Grande do Sul, com latitude igual à -30,08° e longitude igual à -51,61° (IBGE,2010), Eldorado do Sul tem divisas limítrofes ao norte com o Município de Charqueadas, ao Sul com Guaíba, à oeste com Arroio dos Ratos e à leste com Porto Alegre, em uma área total de 509,7 Km<sup>2</sup> (IBGE,2010).

O acesso à cidade é facilitado por duas importantes rodovias federais, a BR 116, que corta a o Estado no sentido norte / sul e a BR 290, no sentido leste / oeste.

O relevo do Município é definido como Planície Costeira ou Planície Litorânea e tem a maioria de sua área formada por terreno plano. Seu clima é subtropical (DANELLI,2007).

A hidrografia do Município é formada por inúmeros córregos, arroios, açudes, rios e lagos. Eldorado é banhada em suas divisas de um lado pelas águas do Rio Jacuí e de outro pelo Lago Guaíba.

O setor produtivo primário é formado pela agricultura e pecuária. A agricultura, predominantemente formada por lavouras de arroz, é favorecida pela geografia de solo plano e facilidade de acesso à água para irrigação (DANELLI, 2007).

Na área rural do Município encontram-se famílias de colonos em assentamentos já legalizados pela reforma agrária. Por outro lado, de tempos em tempos, surgem acampamentos de sem terra, principalmente às margens da rodovia BR 290, fazendo manifestações em busca de terra.

Eldorado do Sul pertence à Região Metropolitana de Porto Alegre, que é formada por mais 31 municípios e concentra a área mais densa do estado com 37% da população. Nesta região encontram-se 9 (nove) municípios com mais de 100 mil habitantes. A densidade demográfica da Região Metropolitana é de 382,4 hab/Km<sup>2</sup>, enquanto Eldorado possui uma

densidade de pouco mais de 67 hab/Km<sup>2</sup>, podendo ser justificada pelo fato de mais da metade de seu território ser classificado como área rural (FEE, 2010).

O Município está incluído na área de abrangência do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Metropolitano Delta do Jacuí, do qual também fazem parte os municípios de Alvorada, Cachoeirinha, Glorinha, Gravataí, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha e Viamão (FEE,2010).

Os COREDEs são áreas geográficas em que é dividido o Estado com o objetivo de promover o desenvolvimento regional, integrando recursos e ações do governo em políticas específicas para cada uma delas. Atualmente, o Estado do Rio Grande do Sul é composto por 28 COREDEs (FEE,2010).

#### 4.3 OS INDICADORES SOCIAIS

Com uma taxa de analfabetismo de 4,18% (FEE,2010), Eldorado do Sul tem média inferior à do Estado que é de 4,53%, porém, muito superior à média das cidades do COREDE à que pertence, que é de 2,97%.

A expectativa de vida ao nascer do Município (FEE,2000), com dados do ano 2000, é de 73,6 anos, superando a expectativa do estado e do COREDE que são a mesma, 72,5 anos.

O coeficiente de mortalidade infantil é de 9,45 por mil nascidos vivos (FEE,2010), enquanto no Estado é de 11,18 e no COREDE 10,99.

Dados divulgados pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), através de acompanhamento de indicadores de emprego, renda, educação e saúde, dão conta que Eldorado do Sul possui o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) considerado moderado, com valor de 0,7694, em 54ª posição no ranking nacional (FIRJAN,2011). Este índice é definido como alto quando os valores são acima de 0,8, moderado tendo valores entre 0,6 e 0,8, regular com valores entre 0,4 e 0,6 e baixo quando os valores são inferiores à 0,4.

#### 4.4 A POPULAÇÃO LOCAL

Segundo dados do Censo Demográfico do IBGE (IBGE, 2000), a população do Município de Eldorado do Sul no ano 2000 somava 27.268 habitantes, com 71% vivendo em área urbana e 29% em área rural. Já no levantamento de 2010, a população do município subiu para 34.343 habitantes, um aumento de 25,95% em uma década, com quase 90% fixada em área urbana e pouco mais de 10% em área rural.

No ano 2000 a população do município representava 0,267% da população do Estado do Rio Grande do Sul, que na época era formada por 10.187.798 pessoas, passando a representar 3,321% da população do Estado em 2010 quando os gaúchos somavam 10.693.929 pessoas.

Enquanto a população do Estado cresceu 4,96% em 10 anos, de 10.187.798 para 10.693.929 habitantes, a população de Eldorado do Sul, cresceu 25,95%, passando de 27.268 para 34.343 habitantes. Ou seja, no mesmo período, a população de Eldorado do Sul cresceu quase 6 (seis) vezes mais do que a população do Estado.

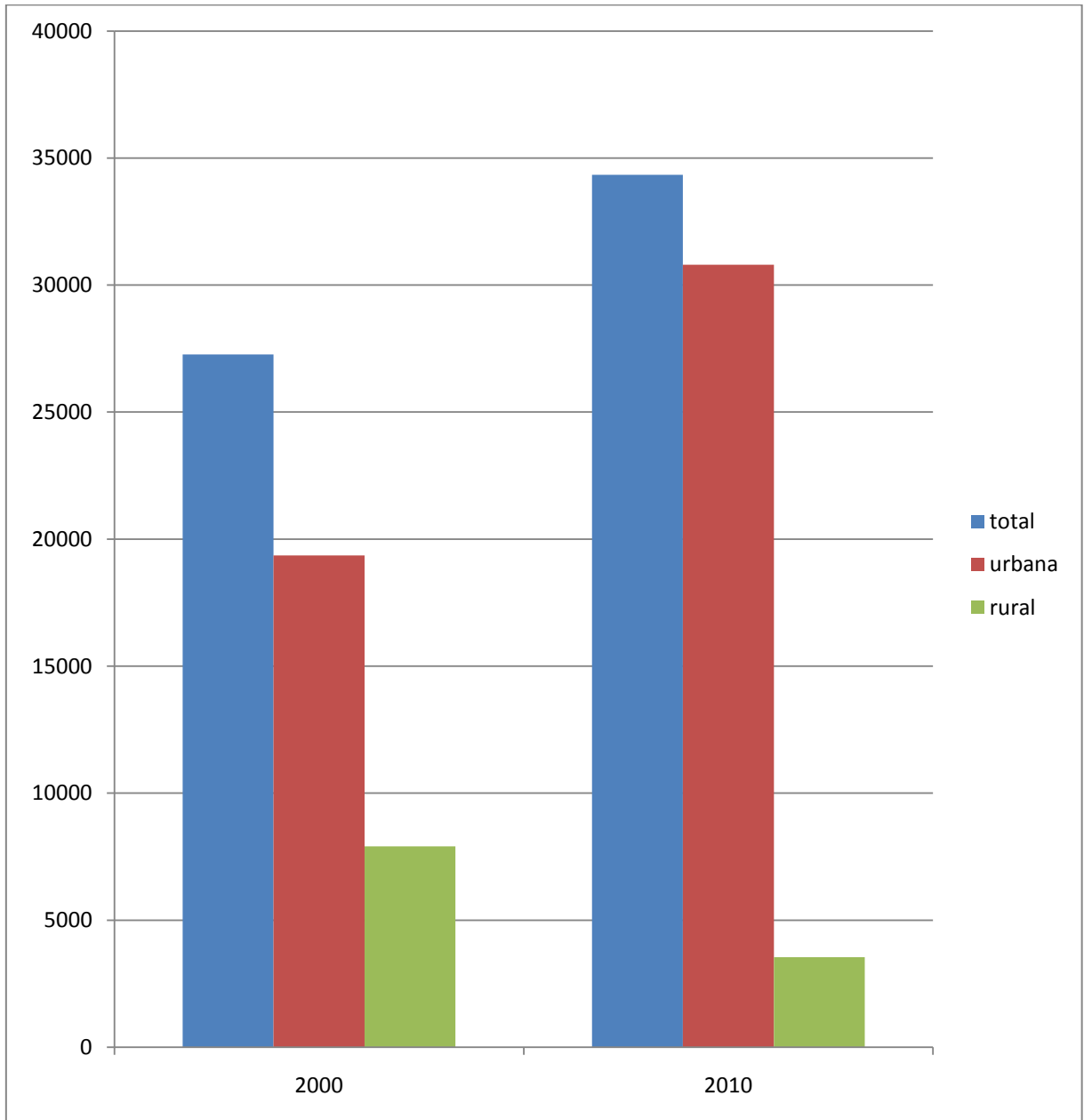
Quanto a distribuição por sexo, Eldorado do Sul acompanha os índices do Estado atualmente, tendo entre 48% e 49% de homens para 50% à 51% de mulheres e, assim como o Estado, Eldorado tem um perfil urbano com predomínio do sexo feminino, com 15.684 mulheres para 15.116 homens. Já na área rural a situação se inverte e o predomínio é do sexo masculino, com 1.883 homens para 1.660 mulheres.

Na distribuição da população por idade, o município mantém a semelhança com o Estado. Aproximadamente, 35% da população tem idade entre 0 e 14 anos ou mais de 60 anos e 65% da população está na faixa etária considerada produtiva, entre 15 e 59 anos.

No ano 2000 o Rio Grande do Sul concentrava 81% de sua população em área urbana elevando este índice para 85% em 2010. Já no município em estudo o índice de população urbana subiu de 70% para 90% em 10 anos. A população urbana local passou de 19.360 pessoas para 30.800 pessoas, o que significou um acréscimo real de mais de 60%.

Estes números demonstram claramente que, além do crescimento real da população local em índices seis vezes maior do que os do Estado, houve uma migração da população da área rural para a área urbana que teve que acolher mais de 11 mil cidadãos em uma década. Isto representa mais de 1.100 pessoas ao ano, quase 100 pessoas ao mês ou 3 pessoas a cada dia, todos os dias, durante 10 anos passando a morar na zona urbanizada.

**Gráfico 1 : Distribuição do total da população de Eldorado do Sul, em área rural e área urbana, nos anos 2000 e 2010.**



Fonte : Elaborado pela autora.

## 4.5 A ECONOMIA LOCAL

Com base em dados de registros cadastrais do setor tributário da Secretaria da Fazenda, Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (SEFAZ) do Município, verifica-se que a economia local é movida por 1404 registros empresariais entre 2001 e 2011, de empresas de grande porte (GP), empresas de médio porte (MP), empresas de pequeno porte (PP) e por micro empreendedores individuais (MEI).

A divisão utilizada pelos gestores inclui os seguintes ramos de atividade para fins cadastrais: Comércio; Indústria e Comércio; Prestação de Serviços e Comércio; Comércio e Diversão Pública; Indústria, Comércio e Prestação de Serviços; Prestação de Serviços; Transportes; Taxistas; Empresas Jornalísticas e Profissionais Autônomos (corretores, representantes, vendedores, ambulantes).

A SEFAZ de Eldorado do Sul é responsável pelo registro e fiscalização das empresas do Município e para isso conta com um cadastro onde as empresas são divididas por porte, segundo o regramento da Receita Federal do Brasil e atividade, que diz respeito ao ramo de atuação.

### 4.5.1 O porte das empresas

A classificação das empresas por tamanho segue o regramento dado pela Receita Federal do Brasil, que estabelece faixas de receita bruta que determinam o enquadramento das empresas para registro com Micro Empresa, empresa de Pequeno Porte, empresa de Médio Porte, empresas de Grande Porte e Micro Empreendedor Individual.

O Micro Empreendedor Individual (MEI) é o empresário individual que tem sua definição na Lei nº 10.406 (BRASIL, 2002) como sendo aquele que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens e serviços. É considerado MEI aquele que tenha auferido receita bruta de até R\$60.000,00 (sessenta mil reais) no ano base.

As Micro e Pequenas Empresas tem um tratamento tributário simplificado e favorecido disposto na Lei nº 9.317 (BRASIL, 1996).

Segundo a Receita Federal considera-se Micro Empresa a pessoa jurídica que no ano base obteve uma receita bruta superior à R\$60.000,00 (sessenta mil reais) e igual ou inferior à R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais) .

A empresa de Pequeno Porte (PP) é a pessoa jurídica que no ano base obteve uma receita bruta superior à R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais) e igual ou inferior à R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

A empresa de Médio Porte (MP) é a pessoa jurídica que no ano base obteve uma receita bruta superior à R\$ à R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) e igual ou inferior à 12.000.000,00 (doze milhões de reais).

Já a empresa de Grande Porte (GP) é a pessoa jurídica que ultrapassou a receita bruta de R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais) no ano base.

#### **4.5.2 As atividades empresarias**

A SEFAZ do Município de Eldorado do Sul conta com 1404 empresas ativas, que foram cadastradas apenas no período de 2001 à 2011, segundo dados de outubro de 2011 do relatório interno de inscrições por atividade daquele órgão. A classificação das empresas é feita pela atividade que desenvolvem e é identificada no cadastro municipal como Classe, englobando os setores de indústria, comércio e serviços.

A seguir são apresentadas as classes de atividades econômicas a que pertencem as empresas de Eldorado do Sul, criadas no período de 01 de janeiro de 2001 à 11 de outubro de 2011, segundo informações da SEFAZ.

- Comércio : São 320 empresas cadastradas sendo 171 delas de MP e GP.
- Indústria e Comércio : São 39 empresas cadastradas sendo 21 delas de GP.
- Indústria, Comércio e Prestação de Serviços : Num total de 37 empresas sendo 23 delas de GP.
- Prestação de Serviços e Comércio : São 180 empresas no Município, distribuídas em PP, MP e GP
- Prestação de Serviços Pessoa Jurídica : São 456 empresas no município com incidência de imposto que varia de 0 à 5%
- Prestação de serviços MEI : Aqui estão enquadrados os micro empreendedores individuais de prestação de serviços totalizando 50 registros apenas nos anos de 2010 e 2011.
- Comércio e Diversão Pública : Totalizam 14 empresas cadastradas.
- Autônomos : Estão incluídos os profissionais autônomos com e sem curso superior, totalizando 125 empresas.

- Vendedor : Nesta classe estão incluídos os ambulantes, feirantes e outras modalidades de vendedores autônomos, num total de 91 empresas.
- Taxista : São 28 taxistas registrados no município
- Transportes : São 25 empresas de transporte registradas em Eldorado
- Entidades sem fins lucrativos e outras entidades em geral : São 39 registros onde se enquadram as associações de moradores, associações comerciais, associações religiosas, associações desportivas, cooperativas, entidades carnavalescas, centros de cultura nativista, associações de proteção à criança, associações de idosos e demais entidades sem fins lucrativos de diversas áreas.

O número de novas empresas criadas no município subiu, consideravelmente, entre os anos de 2008 e 2011, o que pode ser observado melhor com a Tabela 1. Enquanto na primeira metade da década a média era de 100 novas empresas registradas anualmente, nos anos de 2008 e 2009 o município somou 157 novos registros em cada ano, chegando à 2010 com 188 novas empresas criadas anualmente. O ano de 2011, apenas no período de 01 de janeiro à 11 de outubro, foram 147 novas empresas.

É possível relacionar o número crescente de novas empresas migrando para o município com as leis de incentivos do mesmo período: a Lei Municipal de incentivos fiscais a novos empreendimentos imobiliários, emitida em 2007 e a Lei Municipal de incentivos para as empresas, emitida em 2005.

**Tabela 1 : Empresas de Eldorado do Sul em atividade**

<b>Classificação por ano de registro e por classe de atividade econômica. Período: de 01/01/2001 à 10/11/2011</b>												
<b>Classe / Ano</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>Total Classe</b>
Comércio GP	15	2	4	7	6	5	6	10	10	13	6	<b>84</b>
Comércio MP	7	7	1	4	13	10	3	12	10	11	9	<b>87</b>
Comércio PP	9	18	17	13	18	11	3	16	19	11	11	<b>146</b>
Comércio MEI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	<b>3</b>
Indústria e comércio GP	2	1	0	2	4	2	3	0	1	2	4	<b>21</b>
Indústria e comércio MP	0	1	1	0	1	0	1	1	0	0	1	<b>6</b>
Indústria e comércio PP	1	0	2	0	2	1	0	2	1	0	2	<b>11</b>
Indústria e comércio MEI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	<b>1</b>
Ind. com. e prestação de serviços GP	0	2	1	3	5	0	0	4	2	4	2	<b>23</b>
Ind. com. e prestação de serviços MP	2	0	0	0	2	0	0	1	2	1	0	<b>8</b>
Ind. com. e prestação de serviços PP	0	1	0	2	0	1	0	0	0	0	1	<b>5</b>
Ind. com. e prestação de serviços MEI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	<b>1</b>
Prestação de serviços e comércio GP	5	2	3	5	5	3	3	10	6	11	5	<b>58</b>
Prestação de serviços e comércio MP	2	0	4	4	9	2	2	3	3	9	3	<b>41</b>
Prestação de serviços e comércio PP	3	8	8	10	3	1	5	6	11	7	2	<b>64</b>
Prestação de serviços e comércio MP/GP	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	<b>2</b>
Prestação de serviços e comércio PP/MP	0	0	1	2	4	1	0	3	1	1	2	<b>15</b>



**Tabela 1 (continuação) : Empresas de Eldorado do Sul em atividade**

<b>Classificação por ano de registro e por classe de atividade econômica.</b>												
<b>Período: de 01/01/2001 à 10/11/2011</b>												
<b>Classe / Ano</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>Total Classe</b>
Prestação de serviços pessoa jurídica 2%	3	0	3	4	3	4	3	2	3	3	5	<b>33</b>
Prestação de serviços pessoa jurídica 4%	36	22	22	16	21	24	20	33	32	34	26	<b>286</b>
Prestação de serviços pessoa jurídica 5%	0	3	3	30	15	6	8	14	20	16	13	<b>128</b>
Prestação de serviços MEI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	22	28	<b>50</b>
Comércio e diversão pública	2	3	1	1	1	0	0	2	4	0	0	<b>14</b>
Autônomos	21	6	17	9	17	13	2	13	8	12	7	<b>125</b>
Vendedores	5	13	5	4	6	6	6	9	11	19	7	<b>91</b>
Taxista	2	3	1	0	4	2	2	8	0	3	3	<b>28</b>
Transporte	4	1	2	2	2	3	1	3	3	2	2	<b>25</b>
Entidades sem fins lucrativos	3	2	2	0	2	1	4	1	6	3	3	<b>27</b>
Outras entidades diversas	2	5	0	0	1	0	1	0	1	2	0	<b>12</b>
<b>Total Ano</b>	<b>124</b>	<b>100</b>	<b>98</b>	<b>119</b>	<b>145</b>	<b>96</b>	<b>73</b>	<b>157</b>	<b>157</b>	<b>188</b>	<b>147</b>	<b>1404</b>

Fonte : Elaborado pela autora.

### **4.5.3 Os incentivos para as empresas - Lei Municipal nº 1.985 de 25 de janeiro de 2005**

Em 25 de janeiro de 2005, no primeiro ano de mandato de uma nova gestão municipal, a Câmara de Vereadores aprovou a Lei Municipal nº 1.985 (ELDORADO DO SUL, 1985), autorizando o Poder Executivo a conceder incentivos fiscais e econômicos para empresas interessadas em instalar-se no Município.

Como incentivo fiscal, a lei prevê isenção ou redução nas alíquotas dos impostos municipais pelo prazo de até 5 (cinco) anos e a isenção de taxas e emolumentos incidentes sobre a obra.

Como incentivo econômico, podem ser concedidas obras de infra-estrutura para a instalação da empresa, além da execução de serviços de terraplanagem, saneamento e abertura de ruas; permuta de imóveis públicos para a instalação da empresa; cessão de uso de área pública municipal por até 5 (cinco) anos para a instalação da empresa; doação de áreas públicas para a instalação de empresas em se tratando de interesse público ou social.

Para aquisição dos benefícios desta lei, as empresas, além do pedido formalizado com a apresentação do projeto de instalação, devem comprovar regularidade com a Fazenda Estadual e Federal, o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

O Executivo Municipal defendeu a aprovação da lei com a alegação de que novas empresas proporcionam o incremento das receitas, além da criação de novas vagas de emprego direto e a possibilidade de outros negócios indiretos.

Dada a necessidade de estabelecer trâmites administrativos no que se refere à concessão dos incentivos desta lei, o Poder Executivo Municipal emitiu o Decreto nº 4.761 (ELDORADO DO SUL, 2011), em 19 de abril de 2011, que regulamenta a documentação a ser apresentada pela empresa que requerer o benefício.

## **4.6 A HABITAÇÃO NO MUNICÍPIO**

A legislação do Município é formada por uma série de leis oriundas das áreas da habitação, do planejamento e da fazenda que orientam as ações voltadas ao desenvolvimento econômico e social, como seguem .

### **4.6.1 O Plano Diretor - Lei Municipal nº 2.574 de 26 de dezembro de 2006**

#### 4.6.1.1 Origem

Segundo Pinheiro (2010), a expressão “plano diretor” começou a ser utilizada no Brasil na década de 30, quando o arquiteto francês Alfred Hubert Donat Agache veio para o Brasil para elaborar um plano diretor para a cidade do Rio de Janeiro, que na época era a capital federal.

O Plano Diretor é a legislação que serve como instrumento orientador para a política de desenvolvimento e expansão urbana.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), em seu capítulo sobre política urbana, determina que todas as cidades com mais de 20.000 habitantes elaborem seu Plano Diretor.

A Lei nº 10.257 (BRASIL, 2001) de 10 de julho de 2001, também conhecida como o Estatuto da Cidade, regulamenta este capítulo sobre política urbana e amplia a exigência de necessidade de elaboração do Plano Diretor à todas as cidades de regiões metropolitanas, às cidades de áreas de interesse turístico e às cidades em áreas com empreendimentos ou atividades que gerem impacto ambiental.

O Estatuto da Cidade tem como fundamentos : o direito à cidade e à cidadania, que inclui o acesso do cidadão à terra, à moradia e aos serviços urbanos; o atendimento às funções sociais da cidade e da propriedade urbana, orientando o gestor e o cidadão no sentido da democratização do uso do solo; a gestão democrática, que é a integração dos vários agentes que participam da execução dos projetos urbanos; o reconhecimento da cidade informal, e as formas de legalizá-la.

As diretrizes da Política Urbana do Município de Eldorado do Sul estão dispostas na Lei Municipal nº 2.574 (ELDORADO DO SUL, 2006) de 26 de dezembro de 2006, também conhecida como o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA).

O PDDUA de Eldorado do Sul foi elaborado seguindo as determinações do Estatuto da Cidade e é o instrumento básico de organização da política urbana no Município, estabelecendo as regras e orientando a população sobre o uso e as transformações do solo. Também orienta os agentes públicos e privados com relação às ações e investimentos nesta área.

#### 4.6.1.2 Objetivos e diretrizes

Segundo o PDDUA, a política urbana executada no Município tem como objetivo promover o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana mediante o planejamento para o crescimento sustentável. Objetivos estes que serão alcançados através da elaboração e implantação de programas seguindo as diretrizes estabelecidas no PDDUA.

O Artigo 3º do PDDUA listam as diretrizes que devem guiar o gestor na elaboração de seus projetos, como seguem : - incorporar o enfoque ambiental do planejamento; promover a qualidade de vida e do meio ambiente; promover a integração e articulação regional; articular as diversas áreas do Município, assegurando uma equilibrada relação entre o meio urbano e rural; assegurar que o crescimento da economia não prejudique o meio ambiente natural, ao mesmo tempo em que a preservação no meio ambiente natural não sirva de argumento para inviabilizar o desenvolvimento sócio-econômico do Município; criar mecanismos de participação da sociedade nas decisões sobre o planejamento da cidade; criar um sistema de gestão; criar o sistema de monitoramento do desenvolvimento urbano atualizado em seus dados e informações; orientar e conscientizar a população quanto aos seus direitos e deveres bem como dos benefícios do planejamento do Município; promover o Município como pólo industrial.

#### 4.6.1.3 Estratégias de Ação

O segundo capítulo do PDDUA é formado pelo Plano Estratégico que serve de norte para as ações do gestor. Este plano é constituído de seis estratégias, que são : Estratégia 1 – Integração e Articulação Regional e Mobilidade Urbana; Estratégia 2 – Desenvolvimento Econômico; Estratégia 3 - Qualificação da Infra Estrutura e Saneamento; Estratégia 4 – Desenvolvimento Social; Estratégia 5 – Desenvolvimento Ambiental; Estratégia 6 – Política Habitacional.

Considerando os objetivos específicos deste trabalho, é oportuno apresentar mais detalhadamente as Estratégias de nº 2, 4 e 6.

A Estratégia 2 do PDDUA, identificada como Desenvolvimento Econômico, compreende o processo de transformação do Município voltado para a utilização de recursos naturais, humanos e culturais. A Estratégia nº 2 é direcionada para as áreas da logística, comércio, agronegócio, indústria e turismo, e é baseada em ações que visam estabelecer Eldorado do Sul como pólo logístico de distribuição e recepção de bens para a Região Metropolitana de Porto Alegre e consolidar o Município como pólo industrial e tecnológico.

Na área da logística o estímulo à implantação de empresas de serviços de transporte é facilitado pela privilegiada localização do Município junto às BRs 116 e 290 e às margens do Rio Jacuí de um lado e do Lago Guaíba de outro. Já no setor industrial, a geografia plana e a grande quantidade de terras ociosas, tanto em zona urbana como rural, possibilita a criação de áreas para a implantação de indústrias e empresas de serviços.

A Estratégia 4, do Desenvolvimento Social, compreende o processo de transformação do Município em busca de melhores condições de vida para a população, associado à qualificação dos padrões de educação, saúde, lazer e cultura; priorizando as áreas mais carentes, através de planos, programas e projetos que busquem atingir indicadores sociais positivos, medidas por índices como o Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

A Estratégia 6 faz referência à Política de Habitação do Município e tem por objetivo orientar as ações do Poder Público e da iniciativa privada, propiciando acesso à moradia e priorizando famílias de menor renda, num processo integrado às políticas de desenvolvimento urbano regional. A Estratégia 6 busca estimular a participação da iniciativa privada na produção de moradias, a simplificação do processo de parcelamento do solo visando o aumento da oferta de lotes e unidades de moradia, a promoção da realocação de moradores residentes em locais impróprios ou situação de risco, o incentivo à produção de moradias destinadas à famílias de menor renda e a diversificação das formas de acesso à moradia.

#### **4.6.2 A política habitacional - Lei Municipal nº 3.405 de 22 de dezembro de 2010**

A Lei Municipal nº 3.405 (ELDORADO DO SUL, 2010) instituiu no Município de Eldorado do Sul a Política Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS), elaborada com base nos dados coletados pelo Plano Local de Habitação e Interesse Social (PLHIS).

O PLHIS foi desenvolvido em três etapas, com ações no setor de habitação especialmente direcionadas para famílias com até 3 (três) salários mínimos.

Na primeira etapa o Poder Público Municipal definiu a forma de execução do trabalho e coleta de dados.

Na segunda etapa foi realizado um diagnóstico da situação montado com os dados estatísticos do IBGE e através de consultas populares. Foram realizadas três reuniões regionais, onde a comunidade participou e opinou sobre as demandas, culminando com uma Audiência Pública para apresentação dos dados sobre a situação habitacional do Município. A pesquisa concluiu que existiam áreas com necessidade de regularização fundiária, tanto na

área urbana quanto na rural, e áreas onde é necessária a remoção das moradias. Além disso, os dados demonstraram déficit de habitação e habitações inadequadas. Com a etapa do diagnóstico encerrada, a conclusão foi de atuação em três frentes de ação: aumento do número de moradias, melhoria das moradias atuais e regularização fundiária.

A terceira etapa do PLHIS foi a de estabelecer as estratégias de ação para as prioridades de atendimento, o que culminou com a elaboração da Lei Municipal nº 3.405 – a PMHIS.

A Lei Municipal nº 3.405 estabelece onze objetivos para o PMHIS, entre eles: garantir o direito à moradia, à terra urbanizada e à mobilidade; garantir a sustentabilidade ambiental e a inclusão sócio-urbana; fomentar a oferta de habitações e a participação social; conter a ocupação de áreas de proteção e recuperação ambiental; estruturar e qualificar.

A PMHIS é formado pelas seguintes diretrizes específicas: 1 – Regularização e Produção, formada por metas habitacionais; 2 – Sistema de Controle de Dados, formada por metas de controle de dados; 3 – Gestão Administrativa, formada por metas institucionais, metas normativas, metas físico-financeiras; 4 – de Urbanismo e Meio Ambiente, formada por metas urbano-ambientais; 5 – Mobilidade e Acessibilidade Urbana Sustentável, formada por metas modal.

Entre as metas habitacionais estão a regularização urbanística e fundiária, a remoção de famílias em área de risco ou áreas de preservação, entre outros. Todavia, algumas das metas da PMHIS dizem respeito diretamente ao incremento das moradias no Município, visando atender a demanda da população e que são o tema de interesse deste estudo e, por isso, seguem abaixo listadas.

- Garantir a simplificação e agilidade nos procedimentos de aprovação de novos empreendimentos de habitação de interesse social, tanto do setor público, como do privado e de interesse social.
- Garantir o incentivo e apoio à formação de agentes promotores financeiros não estatais, para a habitação de interesse social.
- Estimular parcerias entre os setores público, privado e segmentos sociais para programas, projetos e ações vinculadas à habitação de interesse social.

#### **4.6.3 A regularização fundiária - Lei Municipal nº 3.346 de 19 de março de 2010**

Através da Lei Municipal nº 3.246 (ELDORADO DO SUL, 2010) o Poder Executivo Municipal autorizou a regularização de moradias do Bairro Loteamento Popular.

Foi proporcionado aos moradores do bairro, localizado na área central da cidade, com, aproximadamente, trezentos e cinquenta residências, a possibilidade de regularizar o direito de posse e propriedade de lotes dos quais só possuíam o contrato de compra e venda. Ainda, foi regularizada a forma de possibilitar a quitação dos financiamentos originais ainda existentes.

#### **4.6.4 O fundo de habitação - Lei Municipal nº 2.714 de 29 de agosto de 2007**

O Executivo Municipal, através da Lei Municipal nº 2.714 (ELDORADO DO SUL, 2007), criou no ano de 2007 o Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social (FMHIS), com o objetivo de proporcionar apoio e suporte financeiro aos programas de habitação voltados à população de renda familiar mensal inferior três salários mínimos.

O provimento do fundo é dado através de recursos de reembolso de financiamentos concedidos, do recebimento de doações, de financiamento em instituições bancárias, entre outros.

A referida lei também institui o Conselho Municipal de Habitação, que tem a finalidade de garantir que a comunidade participe da elaboração e implementação dos programas relacionados à habitação.

Compete ao conselho a análise, fiscalização, acompanhamento, elaboração de propostas, para, juntamente com a Secretaria de Habitação, aplicar os recursos do FMHIS.

O conselho é formado por representantes do Poder Executivo, do Poder Legislativo e da sociedade civil, tendo caráter deliberativo e paritário entre poder público e sociedade.

#### **4.6.5 Os empreendimentos habitacionais - Lei Municipal nº 2.591 de 14 de fevereiro de 2007**

A Lei Municipal nº 2.591(ELDORADO DO SUL, 2007) autoriza o Poder Executivo a realizar suporte financeiro como contrapartida na realização de empreendimento habitacional de cunho social, com a produção de unidades habitacionais, ligado ao Programa Carta de Crédito do FGTS.

A contrapartida efetuada pelo Município dá-se através de depósito na Caixa Econômica Federal, com o fim de aquisição da área para a construção.

O ressarcimento ao Município é realizado pelos beneficiários em parcelas mensais, conforme legislação específica.

Na data de edição da Lei 2.591, em fevereiro de 2007, foram autorizados recursos no montante de R\$1.266.688,50, para a construção de 605 unidades habitacionais, com aporte unitário de R\$2.093,70.

Em junho de 2009 a Lei 2.591 foi alterada, ficando o Executivo autorizado a dar aporte no valor total de R\$1.520.964,20, distribuídos na construção de 245 casas com aporte unitário de R\$2.633,95, mais 171 casas com aporte unitário de R\$2.806,65 e 189 casas com aporte unitário de R\$2.093,70.

No mês de julho de 2010, a Lei 2.595 foi novamente alterada e a quantidade de unidades habitacionais a receberem o aporte financeiro diminuiu para um total de 416, ficando o aporte financeiro num valor total de R\$1.125.254,90.

#### **4.6.6 Os incentivos fiscais para empreendimentos imobiliários - Lei Municipal nº 2.752 de 24 de outubro de 2007**

Em 24 de outubro de 2007 o Executivo Municipal de Eldorado do Sul aprovou a Lei Municipal nº 2.752 (Eldorado do Sul, 2007) concedendo isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) às pessoas físicas ou jurídicas incorporadoras e loteadoras.

As incorporadoras ou loteadoras que investirem no Município podem requerer o benefício de isenção do IPTU da área objeto do empreendimento, durante as obras de incorporação e loteamento, pelo prazo de até 3 (três) anos.

A Lei define como incorporadora aquela que realizar obras de edificação em unidades com o objetivo de venda e loteamento como a subdivisão de gleba em lotes com a finalidade de construção, com a criação de novas vias ou melhoria nas existentes.

O benefício de isenção estende-se ao lotes acabados também pelo período de três anos contados da sua conclusão ou até a data da venda ou ocupação do mesmo.

#### **4.7 A DIVISÃO TERRITORIAL**

Após a implantação do Plano Diretor e realizados os levantamentos técnicos necessários, o Poder Executivo oficializou as denominações dos distritos e bairros do Município.

Conforme a Lei Municipal nº 2.986 (ELDORADO DO SUL, 2008) de 24 de dezembro de 2008, o Município está dividido em 3 (três) distritos.



- O Distrito do Parque Eldorado é formado pelos bairros: Parque Eldorado I, Parque Eldorado 2, Parque Eldorado 3, Parque Eldorado 4, Parque das Acácias Norte e Parque das Acácias Sul.
- O Distrito do Bom Retiro é formado somente pelo Bairro Bom Retiro.
- O Distrito Sede é formado pelos bairros: Centro, Centro Novo, Chácara, Cidade Verde, Itaí, Medianeira, Progresso, Residencial Eldorado, Loteamento Popular, Sans Souci, Sol Nascente, Vila da Paz, Industrial e Picada.

#### **4.7.1 O Distrito do Parque Eldorado**

O Distrito do Parque Eldorado tem seu centro urbano localizado às margens da rodovia BR 290, distante 40 Km do Bairro Centro.

O Distrito do Parque Eldorado ocupa uma área de, aproximadamente, 40% da área total do Município.

Com uma população de 5.097 pessoas, comporta 15% da população total do município, distribuída em 3.333 residências, segundo o censo 2010 (IBGE, 2010).

O Distrito do Parque Eldorado possui, aproximadamente, 15% de seu território e 84% da sua população local em área urbana (IBGE, 2010).

#### **4.7.2 O Distrito do Bom Retiro**

O Distrito do Bom Retiro, que ocupa, aproximadamente, 30% da área total do Município de Eldorado do Sul, também é cortado pela BR 290, contudo para chegar à área urbana do mesmo é necessário trafegar por 12 Km em uma estrada sem pavimentação.

Sua área é quase 100% rural, comportando apenas o pequeno Bairro do Bom Retiro em zona urbana, com 136 residências onde moram 249 pessoas (IBGE,2010).

O Distrito do Bom Retiro possui uma população total de 946 pessoas distribuídas em 448 residências (IBGE,2010).

No final do século XIX, ainda chamado de 5º Distrito de Guaíba, o local começou a ser habitado. Em 1898 lá foi fundada a Fábrica de Papel e Papelão, primeira indústria do setor no Rio Grande do Sul, segundo dados do Sindicato das Indústrias de Celulose, Papel, Papelão, Embalagens e Artefatos de Papel, Papelão e Cortiça do Rio Grande do Sul ([www.sinpasul.org.br](http://www.sinpasul.org.br)). As ruínas desta fábrica, localizadas onde hoje é o Bairro Bom Retiro, são ponto turístico do Município.

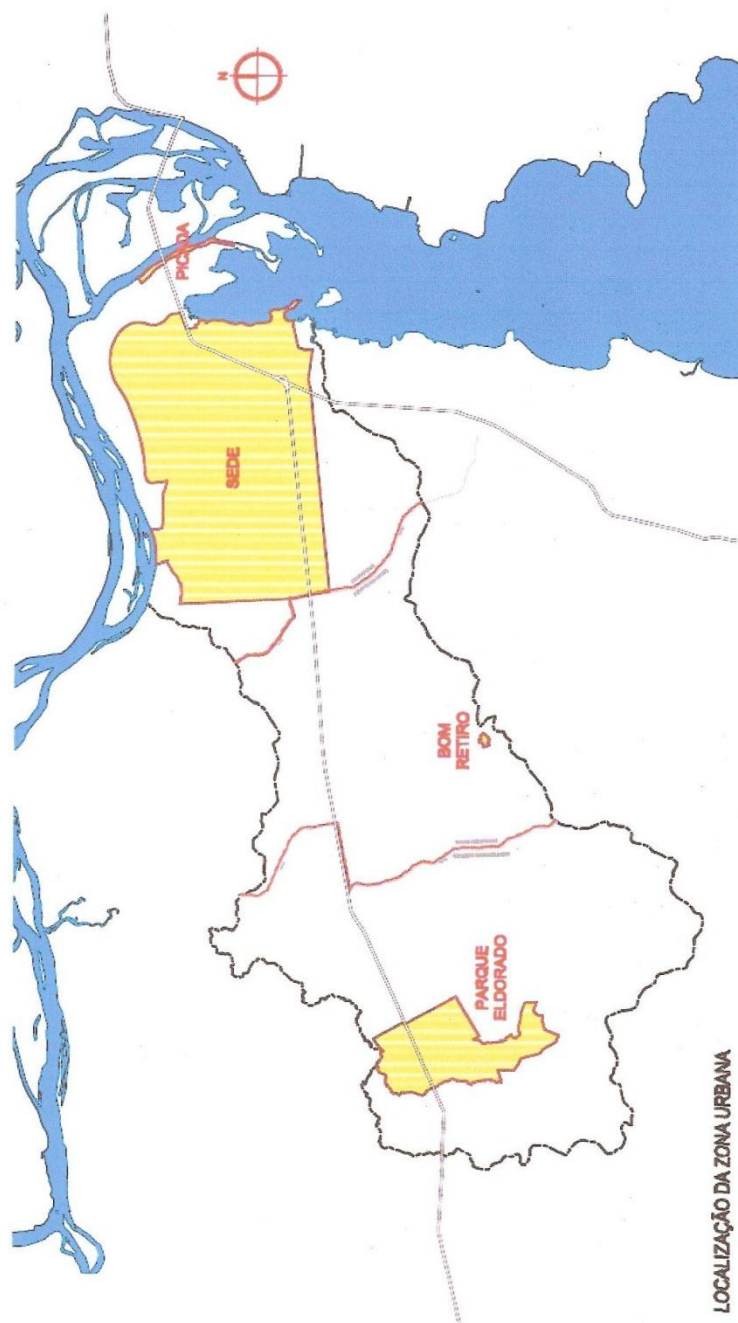
### **4.7.3 – O Distrito Sede**

O Distrito Sede ocupa, aproximadamente, 30% da área total do Município e é formado por 60% de área urbana e 40% de área rural. O Bairro Centro fica 10 Km distante da capital Porto Alegre.

É no Distrito Sede que reside 82% da população do Município, totalizando 28.300 pessoas, ocupando 9.854 residências (IBGE,2010).

No Distrito Sede localizam-se os bairros centrais onde estão disponíveis a maioria do comércio local, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e a rede bancária. É no Distrito Sede, também, que está localizado o Bairro Industrial, onde estão instaladas a maioria das empresas de médio e grande porte do Município.

Figura 1 : Mapa com a divisão distrital do município identificando as zonas urbanas em amarelo



Fonte : Secretaria de Planejamento de Eldorado do Sul

#### 4.8 OS INVESTIMENTOS

Se considerarmos a interpretação de Veiga (2003), Eldorado do Sul que possui população de 34.343 habitantes e densidade demográfica de 67 hab/Km<sup>2</sup>, deveria ser considerada uma cidade rural. Mesmo que, efetivamente, a maioria da área do município encontre-se em zona identificada como rural, é difícil aceitar a classificação de cidade rural, proposta por Veiga (2003), considerando que o centro administrativo do Município encontra-se à apenas 16 Km do centro administrativo da capital do Estado, que, por sua população e atuação, é classificada como uma metrópole.

Com o crescimento de 60% da população da área urbana da cidade em uma década, representadas por mais de 11 mil pessoas, o Poder Público de Eldorado do Sul teve que criar políticas públicas visando garantir o atendimento das necessidades básicas destes cidadãos nas áreas de saúde, educação, habitação, emprego, entre outras.

Não que sejam menos importantes, pelo contrário, é consenso geral que saúde e educação são as principais demandas que devem ser atendidas pelo poder público; contudo, não são o foco desta pesquisa e, por isso, não serão discutidas neste trabalho.

Para suportar o aumento populacional e as demandas por ele geradas, o Poder Público municipal vem estruturando o município através da criação de leis voltadas à habitação.

Com a criação do Plano Diretor em 2006, estabelecendo que a política urbana executada no Município tem como objetivo promover o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana mediante o planejamento para o crescimento sustentável, o Município deu o pontapé inicial para uma série de projetos que viriam a seguir.

Em 2007 foi criado o Fundo de Habitação e emitida legislação de incentivo à novos empreendimentos imobiliários na região, com suporte financeiro para moradias destinadas à população de baixa renda e incentivos fiscais à construções mais luxuosas.

Mais recentemente, em 2010, foi instituído o Plano Municipal de Habitação e criada a legislação para regularização fundiária.

Além da criação de novas moradias para acomodar a população que cresce, o gestor local teve que voltar sua atenção para a geração de empregos para esta população e a necessidade de viabilizar o crescimento econômico do município. Tanto que, em janeiro de 2005, no início de uma nova gestão política, foi aprovada legislação que autoriza a concessão de incentivos fiscais e econômicos para empresas interessadas em instalar-se no Município.

Segundo dados da Secretaria da Fazenda (Eldorado do Sul, 2011), que podem ser melhor observados na Tabela 1, nos últimos 11 anos foram criadas, em média, 30 empresas

do setor de comércio à cada; só no ano de 2009 foram 39 novas empresas registradas e mais 35 em 2010. No setor de prestação de serviços foram criadas 506 novas empresas em 11 anos, com uma média de 46 empresas por ano, atingindo o ápice de 77 novos registros no ano de 2010. No setor conjunto de comércio e prestação de serviços, houve uma média de 16 empresas abertas por ano, chegando à 28 registros só em 2010. O setor industrial teve 66 novas empresas registradas no mesmo período, comportando 21 empresas de grande porte.

## 5 CONCLUSÃO

No presente trabalho, foi pesquisada a cidade de Eldorado do Sul, situada em uma região privilegiada próximo à capital do Estado do Rio Grande do Sul. Trata-se de uma cidade com gestão administrativa básica que atua nos limites da região à sua volta. Seu índice de analfabetismo é positivo comparado com o do Estado, porém, é muito inferior ao índice da região de desenvolvimento a que pertence; o índice de expectativa de vida ao nascer e o coeficiente de mortalidade infantil são melhores do que os da região e os do Estado. Pertencendo à região mais densa do Estado, que comporta 382 hab/Km<sup>2</sup>, a cidade tem densidade demográfica quase 6 (seis) vezes menor, com apenas 67 hab/Km<sup>2</sup>. Com mais da metade de seu território em área rural, tem 90% da população vivendo em área urbana. 65% da população está idade considerada produtiva, entre 15 e 59 anos. O crescimento populacional na última década foi de 25%, o que representou um acréscimo de pouco mais de 7.000 habitantes, contudo, além do crescimento populacional, seus habitantes migraram da zona rural para a zona urbana, fazendo com que esta crescesse 60%, precisando absorver um aumento de mais de 11 mil pessoas neste período.

Na primeira década do século XXI o Município elaborou seu plano diretor, objetivando o desenvolvimento das funções sociais da cidade e servindo de guia para o gestor na elaboração de projetos que proporcionem o crescimento urbano planejado e sustentável. Paralelo à isto, através de políticas específicas na área da habitação, o Município regularizou moradias, garantiu a participação da comunidade na elaboração de programas habitacionais, concedeu suporte financeiro para a produção de unidades habitacionais de cunho social e incentivo fiscal à empresas para a realização de empreendimentos imobiliários, oficializou a denominação de bairros e distritos e criou o Bairro Industrial, destinado à implantação de novas empresas.

Beneficiar as empresas que queiram instalar-se no Município, através de incentivos fiscais e econômicos, foi uma das formas que a administração local encontrou para incrementar as receitas municipais e criar empregos. Hoje, a cidade possui 1404 empresas ativas, de segmentos diversos e portes variados, criadas somente na última década. São micro, pequenas, médias e grandes empresas, atuando na indústria, comércio e prestação de serviços, além de grande número de profissionais autônomos.

Com foco na cidade de Eldorado do Sul, este trabalho se propôs a apresentar objetivos específicos que, para que o leitor lembre, retomo-os, acreditando que todos foram alcançados: descrever a origem da formação da cidade e sua emancipação político

administrativa; apresentar dados sobre a geografia do município e sua divisão territorial, destacando as vantagens de sua localização; comparar índices de desenvolvimento social local com os índices de outras regiões; analisar os índices históricos de crescimento da população local comparando-os com os índices do Estado; descrever os setores produtivos, bem como as empresas locais, apresentando a legislação de incentivo à criação de novos investimentos no município e a legislação local voltada à área habitacional.

Quanto ao objetivo geral proposto, que é **analisar o crescimento e distribuição da população de Eldorado do Sul, avaliando o impacto do desenvolvimento econômico e social local na última década na dinâmica demográfica**, faço algumas considerações.

Analisando os dados de Eldorado do Sul aqui apresentados, poderia ser concluído que a população urbana local cresceu vertiginosamente na última década devido à migração de pessoas que buscavam usufruir dos benefícios de emprego e moradia lá oferecidos neste período. Todavia, vivemos em uma sociedade globalizada, onde fenômenos que ocorram do outro lado do planeta podem influenciar a rotina local de uma pequena cidade como esta em estudo. Desta forma, se torna mais relevante ainda o que ocorre nas regiões próximas, sobretudo se considerarmos o fato de que a vizinha Porto Alegre é uma das cinco maiores cidades do país e o que acontece nela repercute na economia e na população da região em estudo.

Visto que os dados de crescimento populacional do Município utilizados neste trabalho, que têm como fonte os registros de pesquisas realizadas pelo IBGE, são de períodos de tempo que distam 10 anos, não é possível definir com precisão qual a influência gerada pelo desenvolvimento econômico local sobre a dinâmica de sua população. A conclusão poderia ser o inverso, que a dinâmica populacional local gerou a demanda para a criação de emprego e moradia, levando o gestor a atuar para atendê-la, criando programas específicos que geraram o desenvolvimento.

Além disso, contribuiu para limitar o desenvolvimento desta pesquisa, a escassez de material bibliográfico disponível sobre a história e desenvolvimento da região. Fora os dados estatísticos das pesquisas realizadas pelo IBGE e FEE, as informações que se tem sobre a cidade provêm da memória popular e de alguns artigos não oficiais.

Feitas as considerações, pode ser afirmado que novas pesquisas que analisem os dados populacionais e econômicos locais em períodos de tempo menores, onde cada ação do gestor nestas áreas seja avaliada em conjunto com a variação populacional que a proceda, permitam responder a questão inicialmente proposta.

É oportuno ressaltar que o desenvolvimento esbarra em limitações, que muitas vezes não são percebidas com antecedência para uma ação preventiva do gestor, porém, ao serem identificadas, devem ser solucionadas com rapidez e precisão, evitando que se coloque em risco todo o trabalho realizado até então. O gestor também deve estar ciente de que o desenvolvimento pode gerar mudanças negativas em determinadas áreas servidas pelo estado, neste caso, deve ser agir de modo a solucionar os problemas com eficácia e eficiência para que não causem prejuízo a seus projetos.

Neste estudo, se por um lado, o gestor, que possibilitou a criação de novas empresas e facilitou a produção e aquisição de moradias, foi beneficiado com o aumento da receita e a reorganização da área urbana, por outro, deparou-se com novas demandas decorrentes do aumento populacional que precisam ser atendidas.

Políticas públicas específicas têm que serem criadas para atender todas as áreas, mas deve ser dada atenção especial à saúde, educação e infra-estrutura básica de locomoção, água e esgoto. Na saúde o gestor precisa criar novas unidades básicas de atendimento, aumentar o número de profissionais, oportunizar consultas em novas especialidades médicas, ampliar as campanhas de vacinação e a distribuição de remédios, adquirir equipamentos para realização de exames, aprimorar a vigilância sanitária para atender os novos serviços disponíveis na cidade, entre outros. Na educação, precisa abrir novas vagas no Ensino Fundamental e Ensino Médio que atendam o crescimento do número de alunos, buscar a instalação de instituições de Ensino Superior e parcerias com cursos profissionalizantes para a região, visando qualificar a mão-de-obra que será requisitada pelas empresas, além de aumentar o número de vagas em creches públicas. O setor de transportes precisa diversificar a oferta de transporte público, aumentar a fiscalização viária, reorganizar rotas de ruas e estradas, criar acessibilidade, pavimentar e iluminar avenidas. Novas obras ampliando a infra-estrutura básica de fornecimento de água e esgoto, precisam ser responsabilmente projetadas para atender a população e preservar o meio ambiente à longo prazo.

Um dos pontos negativos do crescimento populacional é o aumento da população carente, que necessita de assistencialismo público, principalmente aquelas relacionadas à criança e ao idoso, e que devem ser atendidas pelo gestor de imediato. Também, atrelado, é invariável que aumente a criminalidade e a insegurança da população, situação que deve ser identificada e tratada como prioridade, evitando que a violência urbana se estabeleça e o desenvolvimento seja ameaçado.

Sem menosprezar a importância da população no desenvolvimento de uma sociedade à nível local, pelo contrário, é ela que determina os valores que a sustentam e que tem o poder



de escolher os líderes que devem guiá-la, mas é o gestor público o responsável por definir a estratégia de ação que transforma esta sociedade. É responsabilidade do gestor, avaliar a situação dos cidadãos a quem se propôs a servir, estabelecer as demandas que devem ser atendidas à curto e longo prazo, buscar as fontes de recursos disponíveis para tal, identificar antecipadamente as limitações que serão encontradas para a implantação e, por fim, executar os programas e projetos de governo que resultem no desenvolvimento e crescimento saudável de uma região.

## REFERÊNCIAS

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. **População**. Disponível em : <<http://www.scp.rs.gov.br>>. Acesso em: nov.2011.

BOURGUIGNON, Milber Fernandes Moraes; BOTELHO, Delane. **Vínculos de negócios entre grandes empresas compradoras e pequenos fornecedores locais: implicações para políticas públicas e desenvolvimento**. Disponível em : <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n6/09.pdf>>. Acesso em : abr. 2012.

CABRERA, Juan Ignacio Romero. **Dinâmica das ocupações não agrícolas em territórios de baixa densidade populacional no Uruguai e no sul da Espanha**. Biblioteca Digital da UFRGS. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000673128&loc=2009&l=879865b2893d8867>>. Acesso em : abr. 2012.

COSTA, Julio Cesar Zorzenon. **Desenvolvimento econômico e deslocamento populacional no primeiro governo Vargas -1930-1945**. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. Disponível em : <[http://www.teses.usp.br/index.php?option=com\\_jumi&fileid=20&Itemid=96&lang=pt-br](http://www.teses.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=20&Itemid=96&lang=pt-br)>. Acesso em: nov. 2011.

COTRIM, Gilberto. **História Global – Brasil e Geral**. 8. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

DANELLI, Sônia Cunha de Souza. **Geografia – Projeto Araribá**. 2. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2007.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Índice Firjan de desenvolvimento Municipal**. Disponível em : <<http://www.firjan.org.br>>. Acesso em: nov. 2011.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio e Capitalismo no Rio Grande do Sul – as emissoras comerciais e suas estratégias de programação na 2ª metade do século 20.** Google books.

Disponível em:

<<http://books.google.com.br>>. Acesso em: nov. 2011.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas.** Disponível em :

<<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em: nov.2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico.**

Disponível em :

<<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: nov. 2011.

KRUEL, Alexandra Jochims. **Compromisso dos Gestores para com o desenvolvimento de seus municípios : a construção de um fenômeno psicossocial.** Biblioteca Digital da

UFRGS. Disponível em :

<<http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000784965&loc=2012&l=ac15e321b553f217>> Acesso em : abr. 2012.

LIMA, Silvana. **Projeto Didático de Pesquisa - História Geral,** Difusão Cultural do Livro, 2007.

NASCIMENTO, Izabel Cristina do. **Dinâmica Demográfica e Crescimento Econômico.**

Biblioteca Digital da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em :

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/1805?show=full>>. Acesso em: nov. 2011.

PINHEIRO, Otilie Macedo. **Plano Diretor e Gestão Urbana.**2010. Disponível em:

<<http://moodleinstitucional.ufrgs.br/course/view.php?id=10365>>Acesso em: nov. 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL. Disponível em :

<<http://www.eldorado.rs.gov.br>>. Acesso em: nov. 2011.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Legislação.** Disponível em :

<<http://www.receita.fazenda.gov.br>>. Acesso em: nov. 2011.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO de Eldorado do Sul

SECRETARIA DA FAZENDA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO de Eldorado do Sul

SECRETARIA DE HABITAÇÃO de Eldorado do Sul

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO de Eldorado do Sul

SILVA, Renilson Rodrigues da. **Agglomerações populacionais nas regiões do Brasil de 1980 a 2000: uma abordagem por meio da nova geografia econômica.** Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. Disponível em :  
<[http://www.teses.usp.br/index.php?option=com\\_jumi&fileid=20&Itemid=96&lang=pt-br.](http://www.teses.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=20&Itemid=96&lang=pt-br.)>.  
Acesso em: nov. 2011.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE CELULOSE, PAPEL, PAPELÃO, EMBALAGENS E ARTEFATO DE PAPEL, PAPELÃO E CORTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em :  
<<http://www.sinpasul.org.br>>. Acesso em: nov.2011.

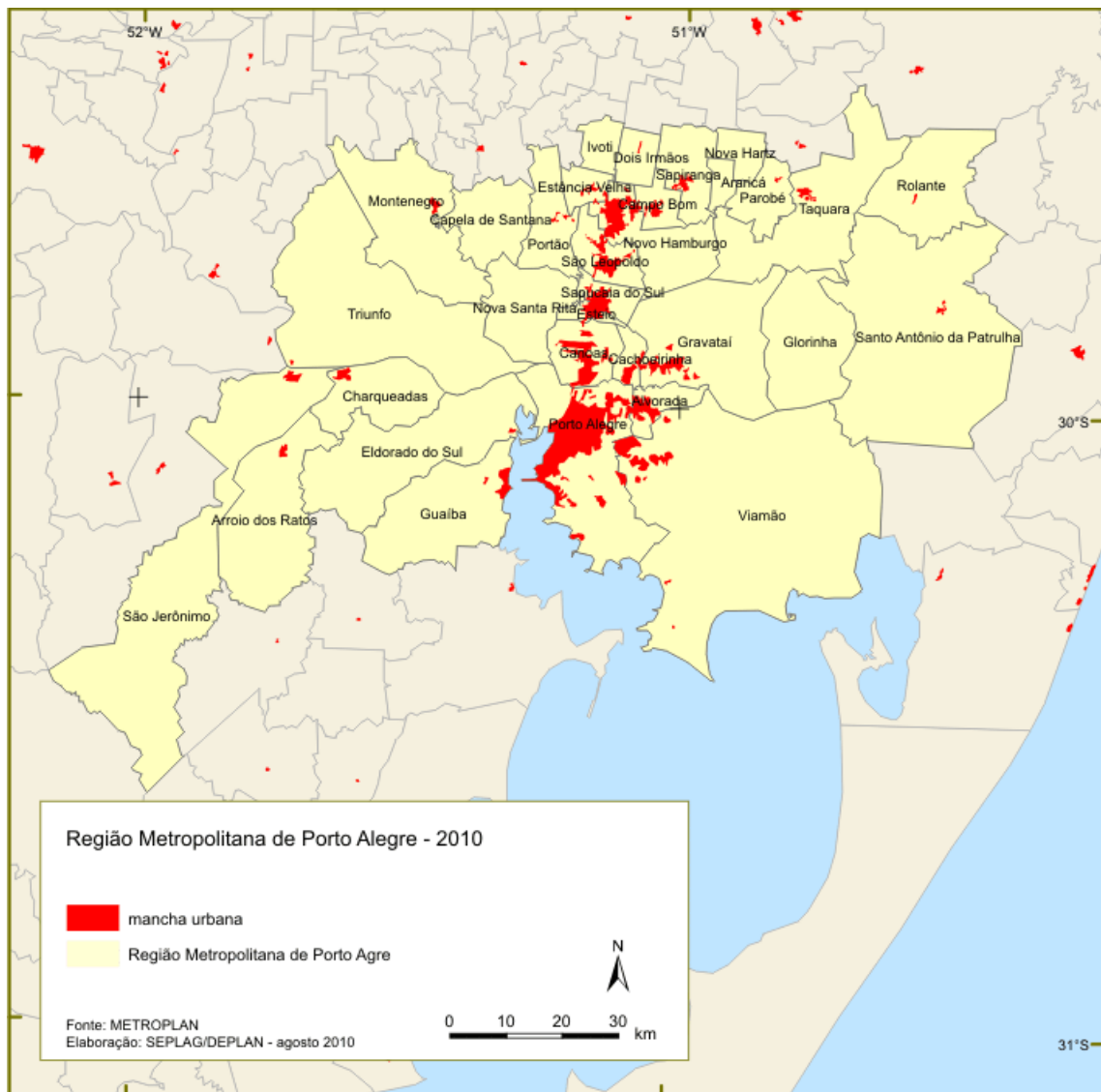
VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias – o Brasil é menos urbano do que se calcula.** Google books. Disponível em :  
<http://books.google.com.br>. Acesso em: nov. 2011.

VICENTINO, Cláudio. **História – Projeto Radix.** 1. ed. São Paulo: Editora Scipiones, 2011.

## ANEXOS

## ANEXO A

Figura 2 : Mapa da Região Metropolitana de Porto Alegre.



Fonte : Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Estado do Rio Grande do Sul.  
Disponível em : <http://www.scp.rs.gov.br>

## ANEXO B

Figura 3 : Mapa com a divisa territorial de Eldorado do Sul.



Fonte : Prefeitura Municipal de Eldorado do Sul

Disponível em : <http://www.eldorado.rs.gov.br>

## ANEXO C

**Foto 1 : Imagem aérea do distrito sede com o Bairro Industrial em primeiro plano, as BR 116 e 290, logo depois o Lago Guaíba e Porto Alegre ao fundo.**



Fonte : Secretaria de Planejamento de Eldorado do Sul

## ANEXO D

**Foto 2 : Imagem aérea da cidade com as lavouras de arroz em primeiro plano, em segundo plano o Bairro Industrial e ao fundo o Lago Guaíba e Porto Alegre**



Fonte : Secretaria de Planejamento de Eldorado do Sul



## ANEXO E

**Foto 3 : Imagem aérea da cidade com os campos à beira do Lago Guaíba e, ao fundo, a vista da zona sul de Porto Alegre.**



Fonte : Secretaria de Planejamento de Eldorado do Sul

## ANEXO F

**Foto 4 : Ruínas da antiga fábrica de papel e papelão localizada no Bairro Bom Retiro.**

Fonte : Departamento de Cultura e Turismo da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo de Eldorado do Sul

## ANEXO G

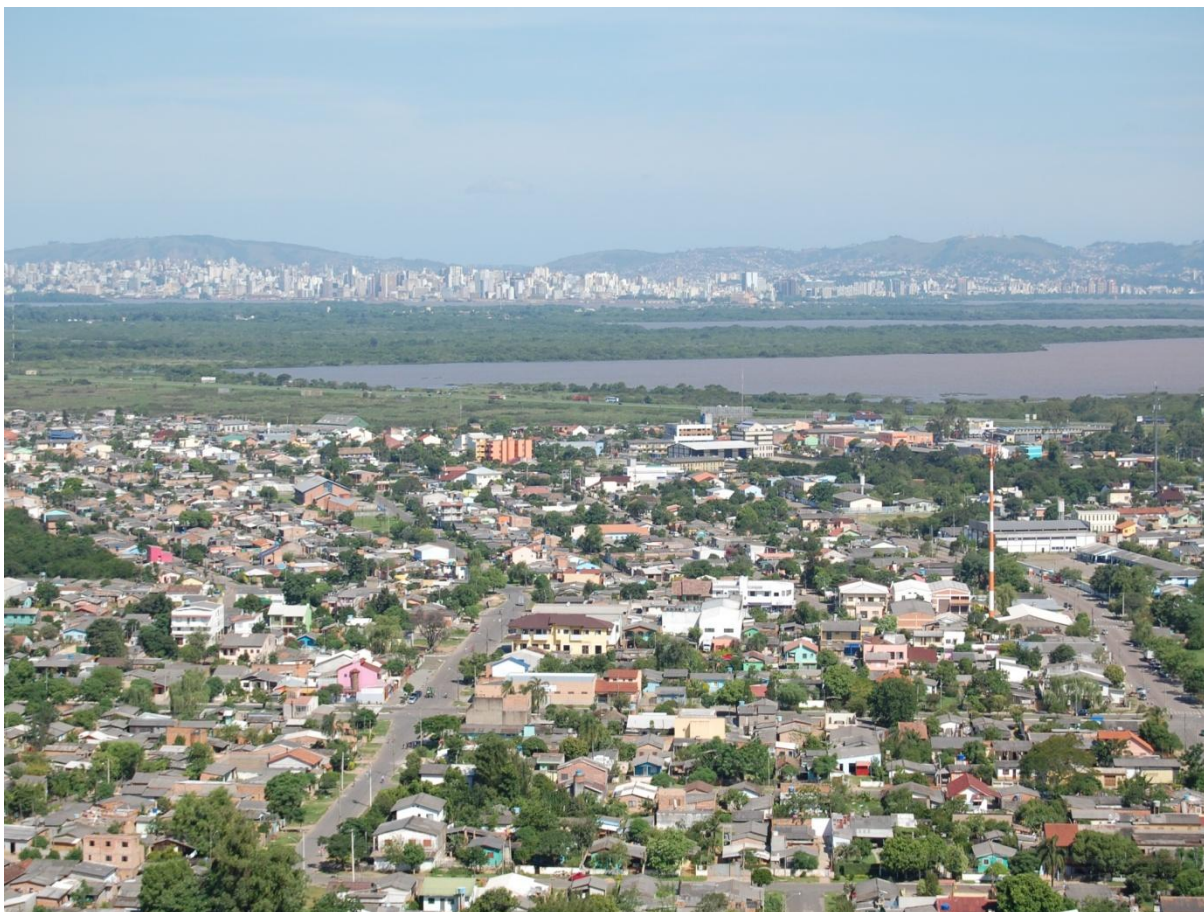
**Foto 5 : Imagem aérea do acesso principal ao centro da cidade pelo viaduto sobre a BR 116/290 que liga o município à Porto Alegre.**



Fonte : Departamento de Cultura e Turismo da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo de Eldorado do Sul

## ANEXO H

**Foto 6 : Imagem aérea do centro de Eldorado do Sul com a vista do centro de Porto Alegre ao fundo.**



Fonte : Departamento de Cultura e Turismo da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo de Eldorado do Sul